

Apresentação do Dossiê:**Povos indígenas e história: sujeitos, saberes e temporalidades**Ramon Nere de Lima,¹ PUCRSDanilo Rodrigues do Nascimento,² UFACAndrisson Ferreira da Silva,³ UFSC

No que se pode ter de consensual no campo da História dos Povos Indígenas no Brasil, destaca-se o reconhecimento de que as representações, os saberes e as temporalidades desses povos constituem uma das experiências mais duradouras e significativas da nossa formação social. Grande parte das disputas territoriais, das assimetrias de poder e das práticas de resistência cultural que vivenciamos hoje estão profundamente enraizadas nessa trajetória histórica. Nas últimas décadas, o trabalho minucioso de historiadores e historiadoras, explorando uma diversidade de fontes — como arquivos cartoriais, registros demográficos, etnografias e memórias orais —, tem permitido que aspectos fundamentais do cotidiano e das relações sociais indígenas venham à tona, revelando uma complexidade antes ignorada. Superando visões que oscilavam entre o silenciamento ou a estereotipação, o olhar contemporâneo se volta para a capacidade de agência indígena, evidenciando como essas populações, apesar das adversidades impostas pelo colonialismo, foram capazes de mobilizar recursos, forjar alianças e criar redes de solidariedade que garantiram a preservação de seus modos de vida e cosmovisões.

É indispensável, contudo, que essa análise leve em consideração as múltiplas especificidades regionais, culturais e temporais que caracterizam as populações indígenas, razão pela qual é fundamental abordá-las no plural, contemplando a diversidade de estratégias

¹ Doutorando em História (bolsista CNPq) pelo Programa de Pós-graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) na linha de pesquisa Cultura e Etnicidade. Mestre em História pela Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila). Licenciado em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac). E-mail para contato: ramonnere99@gmail.com

² Doutorando em Letras (bolsista Capes) pelo Programa de Pós-graduação em Letras: Linguagem e Identidade da Universidade Federal do Acre (Ufac), na linha de pesquisa: Língua(gens) e Formação Docente. Mestre em Letras: Linguagem e Identidade pela Ufac. Possui graduação História: em Licenciatura (2022) e bacharelado (2018) pela mesma instituição. E-mail para contato: danilorodriguesbh@gmail.com

³ Doutorando e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), inserido na linha de pesquisa História Indígena, Etnohistória e Arqueologia; também é estudante de graduação no curso de Direito pela mesma instituição. Integra o Laboratório de História Indígena (Labhin/Ufsc) e Possui aperfeiçoamento em Ensino de História: saberes e fazeres de matriz africana e indígenas. É licenciado em História pela Universidade Federal do Acre (Ufac - 2017/2022). E-mail para contato: andrissonf@gmail.com

e resistências empregadas. Além disso, é crucial reconhecer a amplitude de experiências que lhes permitiram não só sobreviver às transformações impostas pelo processo colonial, mas também reivindicar seus direitos e afirmar sua presença, inclusive na contemporaneidade. Nesse sentido, o presente Dossiê reúne uma série de estudos inovadores, conduzidos por historiadores, historiadoras e especialistas, que, ao mobilizarem uma vasta gama de fontes e metodologias, oferecem novas e instigantes leituras sobre os sujeitos, saberes e temporalidades indígenas, ampliando o escopo do debate histórico e oferecendo análises que transcendem as narrativas tradicionais.

Começamos com o artigo *Onde se ausculta o saber ancestral: sonho, xamanismo e relações entre humanos e não humanos em Meu vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória de Daniel Munduruku*, de Cristhyan Emanuel Monteiro Gomes (UFPA). Este trabalho explora a obra de Daniel Munduruku, destacando o sonho, a práxis xamânica e as relações entre humanos e não humanos como elementos centrais da sociedade Munduruku. Gomes analisa como esses aspectos refletem formas ancestrais de compreensão da vida, expressas na narrativa autobiográfica de Munduruku, reafirmando a resistência cultural indígena por meio da literatura e da arte.

Na sequência, *Uwa'kürü: o processo de racialização dos povos originários na Amazônia Sul-Occidental*, de Ramon Nere de Lima (PUCRS), aprofunda a discussão sobre a racialização dos povos indígenas no Acre, relacionando-a ao conceito de seringalidade. Este artigo apresenta uma crítica às narrativas patrióticas que silenciam as vozes indígenas e reforça a importância de uma abordagem historiográfica crítica que reconheça esses povos como agentes históricos.

Continuando, o artigo *Reivindicações por terras indígenas a partir do passado no jornal Porantim: década de 1980*, de Laura Oeste (UFRGS), investiga como o jornal *Porantim* usou o passado para legitimar reivindicações de terras indígenas. A autora analisa estratégias discursivas que enfatizam a conexão histórica dos povos indígenas com seus territórios, ampliando o debate sobre os direitos territoriais.

Avançando, *A trajetória de Domingo Manduré: possibilidades e estratégias indígenas em meio aos conflitos de independência no Rio da Prata (1812-1821)*, de Felipe Schulz Praia (USP), utiliza a micro-história para retratar a atuação de Domingo Manduré, liderança guarani. O autor destaca como Manduré adotou estratégias políticas e econômicas para melhorar sua condição social, revelando as complexas redes de negociação dos povos indígenas em tempos de independência.

Em seguida, *Concessões de sesmarias e Agência Indígena: a região “no pé da Serra do Pitavary” na colonização do Ceará (1683-1722)*, de João Victor Diniz Ribeiro (UFC), analisa a participação indígena na concessão de sesmarias, demonstrando como os povos indígenas utilizaram o regime jurídico colonial para proteger seus interesses, evidenciando sua agência em um contexto de colonização.

No campo das interações entre conhecimento indígena e visão europeia, o artigo “*Feliz se puede llamar el Paraguay, abastecido de muchos bellos ríos [...]*”: as águas, suas características e usos pelos indígenas na obra *Paraguay Natural Ilustrado* de José Sánchez Labrador (1771-1776), de Lóren Cantiliano Ximendes (UFPEL), examina como o missionário jesuíta articulou saberes locais e científicos para compreender as práticas indígenas relacionadas aos recursos hídricos no Paraguai.

Avançando para o âmbito jurídico, *Os Processos de Inserção dos Povos Indígenas no Ordenamento Jurídico Brasileiro: uma Análise das Constituições (1824-1988) e Emenda Constitucional de 1969*, de Stefany Caroline Pantoja Amorim (FURG), analisa como as Constituições brasileiras moldaram a representação indígena, ressaltando a transformação paradigmática introduzida pela Constituição de 1988 ao reconhecer direitos específicos dos povos indígenas.

Já no contexto da redemocratização, *Indigenismo emancipatório e lugar de memória subterrânea: a atuação do Centro de Documentação e Pesquisa do Alto Solimões (CDPAS) durante a Redemocratização (1985-1988)*, de Vitória Luyza Cardoso Barbosa (UFRJ), investiga como o CDPAS se tornou um espaço de preservação da memória e resistência cultural dos Tikuna frente às políticas tutelares do Estado brasileiro.

No âmbito das relações entre a História Indígena e religião, *Acusados pela fé: ação e resistência indígena e seus controles na órbita da inquisição (Rio Grande, séculos XVII-XIX)*, de Ana Luiza Fernandes Bezerra (UERN), explora como a Inquisição portuguesa tratava as práticas religiosas indígenas, destacando as estratégias de resistência diante do controle eclesiástico.

Avançando para o ensino, *O ensino de História indígena do Amapá colonial: propostas para aulas problematizadoras*, de Bruno Rafael Machado Nascimento (UNINTER), apresenta metodologias para inserir a História Indígena no currículo escolar, criticando a marginalização dessas narrativas no referencial curricular oficial e propondo uma abordagem que promova o protagonismo indígena.

No contexto das relações internacionais, *O “Partido Holandês” como política potiguará: autonomia e diplomacia indígena em meio às guerras neerlandesas nas Capitânicas do Norte (1630-1654)*, de Carmelita Costa Zuzart (UFRRJ), explora como as lideranças potiguaras utilizaram alianças estratégicas para negociar seus interesses em meio aos conflitos coloniais.

Em *Movimento Indígena no Brasil e no México: formas de Mobilização e Organização Interna*, de Amanda de Oliveira (UDESC), a autora analisa como os movimentos indígenas desses países enfrentaram o colonialismo e o neoliberalismo, defendendo a autonomia indígena e destacando conexões transnacionais.

Por fim, *O Caminho de Peabiru como espaço de disputa turística e a conexão com o passado histórico*, de Vinícius Oliveira Pinheiro Machado (USP), explora como esse antigo trajeto, que conectava o Brasil ao Império Inca, se tornou um espaço de memória e disputa contemporânea, enfatizando os riscos de apagamento das culturas indígenas em sua exploração turística.

Portanto, este dossiê destaca a relevância crescente da História Indígena como um campo fundamental para a compreensão das dinâmicas sociais, políticas e culturais que moldaram e continuam a moldar o Brasil. A partir de múltiplas perspectivas e metodologias, os artigos reunidos oferecem análises profundas e inovadoras sobre as vivências, resistências e estratégias dos povos indígenas, tanto em contextos históricos quanto contemporâneos. Ao iluminar aspectos muitas vezes negligenciados pela historiografia tradicional, estas pesquisas reafirmam os povos indígenas como agentes históricos, desafiando narrativas que os colocavam exclusivamente como vítimas ou sujeitos passivos frente ao colonialismo.

Os trabalhos aqui apresentados exploram a pluralidade de temporalidades e espacialidades indígenas, evidenciando como suas cosmologias, práticas culturais e articulações políticas resistiram às imposições coloniais e, frequentemente, subverteram as estruturas de poder hegemônicas. Por meio da análise de fontes variadas — cartoriais, eclesiásticas, judiciais, arqueológicas e orais —, os/as autores/as demonstram que a História Indígena vai além da mera documentação de opressões: trata-se de um campo vibrante que revela o protagonismo e multiplicidade dos povos originários.

Além disso, as discussões suscitadas neste dossiê reforçam a importância de se pensar a História Indígena em conexão com o presente, reconhecendo como as disputas territoriais, as lutas por direitos e as estratégias de resistência contemporâneas estão profundamente enraizadas em experiências históricas. Esses diálogos entre passado e presente ampliam não

apenas o horizonte da pesquisa acadêmica, mas também o compromisso ético com as reivindicações indígenas atuais, como o respeito à autonomia, a preservação de suas memórias e saberes, e a valorização de suas contribuições para a construção de uma sociedade mais plural.

Assim, este dossiê se afirma como uma contribuição relevante para a historiografia, convocando historiadores, historiadoras, leitores e leitoras a repensarem as relações entre história, memória e poder, com um olhar sensível às vozes que foram historicamente silenciadas. A História Indígena, enquanto campo de estudo, não apenas nos ensina sobre o passado, mas também nos desafia a imaginar futuros plurais. Que estas reflexões inspirem novas investigações e práticas que continuem a colocar os povos indígenas no centro da narrativa histórica, onde sempre estiveram.

Boa leitura!